



CONCURSADM

Preparando Administradores para Concursos

Economia Brasileira

Parte 4

Plano Real

O Governo FHC

Prof. Antonio Carlos Assumpção

O Plano Real

- **As 3 Fases do Real**
- **1) ortodoxia - ajuste fiscal**
- **PAI (Plano de Ação Imediata – 1993)**
 - corte de gastos de ordem de US\$ 7 bilhões, concentrado nas despesas de investimento e pessoal.
 - Criação do IPMF (0,25% - Temporário).
 - Criação do FSE (Fundo Social de Emergência), que bloqueava parte dos repasses da União aos Estados e Municípios (15%).
 - Acúmulo de reservas internacionais.

O Plano Real

- Com o fim da inflação já se sabia que o governo perderia uma fonte importante de arrecadação; o imposto inflacionário.
 - Como a inflação desvaloriza o poder de compra da moeda em poder do público, o governo emitia moeda para recompor a oferta real de moeda. Com o fim da inflação essa fonte de financiamento desapareceria.

O Plano Real

- **2) Heterodoxia**
- Criação da URV como unidade de conta, para promover a indexação completa da economia e equilibrar os preços relativos na “moeda indexada”.
- Diferente (mas parecida) da proposta “Larida”, que propunha a convivência de uma moeda indexada (ORTN) com a moeda não indexada, deixando que os agentes econômicos escolhessem entre as duas.
- **A URV** : valor em cruzeiros reais seria convertido pela inflação diária. Vários preços públicos foram convertidos instantaneamente, mas a adesão era voluntária.
- Vigorou durante os quatro meses anteriores ao lançamento do Real.

O Plano Real

▪ 3) A Reforma Monetária

▪ **Cruzeiro Real/2.750 → 1 real = 1 dólar.**

- Ideia de rompimento da inflação inercial, pois a inflação se dava em URV.
- Criação de metas monetárias e banda cambial estreita (1995), ou seja, âncora cambial e monetária.
 - Ao contrário do que se pensa, a taxa de câmbio foi flexível no início do plano e se valorizou nominalmente. A partir do início de 1995 o Banco Central adotou um sistema de mini bandas (tão estreitas que isso se assemelhava mais a um regime de câmbio fixo). Buscava-se com isso desvalorizar o real em 6,5% a.a. , aproximadamente.
- Foram instituídas metas de expansão monetária para os três primeiros meses, que foram, sistematicamente descumpridas (remonetização).

O Plano Real

- Com o aumento no consumo nos primeiros meses, devido a queda na inflação e ao fim do imposto inflacionário, o governo impõe depósitos compulsórios de 100% sobre os depósitos à vista aos bancos comerciais – a “âncora monetária” o que provoca uma crise de liquidez no sistema bancário.
- Criado o PROER em 1995 para sanear o sistema financeiro.
 - Com um custo relativamente baixo (estimado entre 1 e 2% do PIB) tivemos uma reorganização societária do sistema bancário (conglomerado), evitando uma crise financeira dramática como as que ocorreram no México, Argentina e em alguns países asiáticos.

O Plano Real

- Outro fator importante de controle da inflação foi a “Âncora Cambial”.
 - A valorização do câmbio real torna os importados mais baratos, evitando o aumento dos preços dos bens transacionáveis, mas não o aumento dos preços dos não-transacionáveis.
 - Durante o período houve um aumento relativo de preços dos não-transacionáveis.

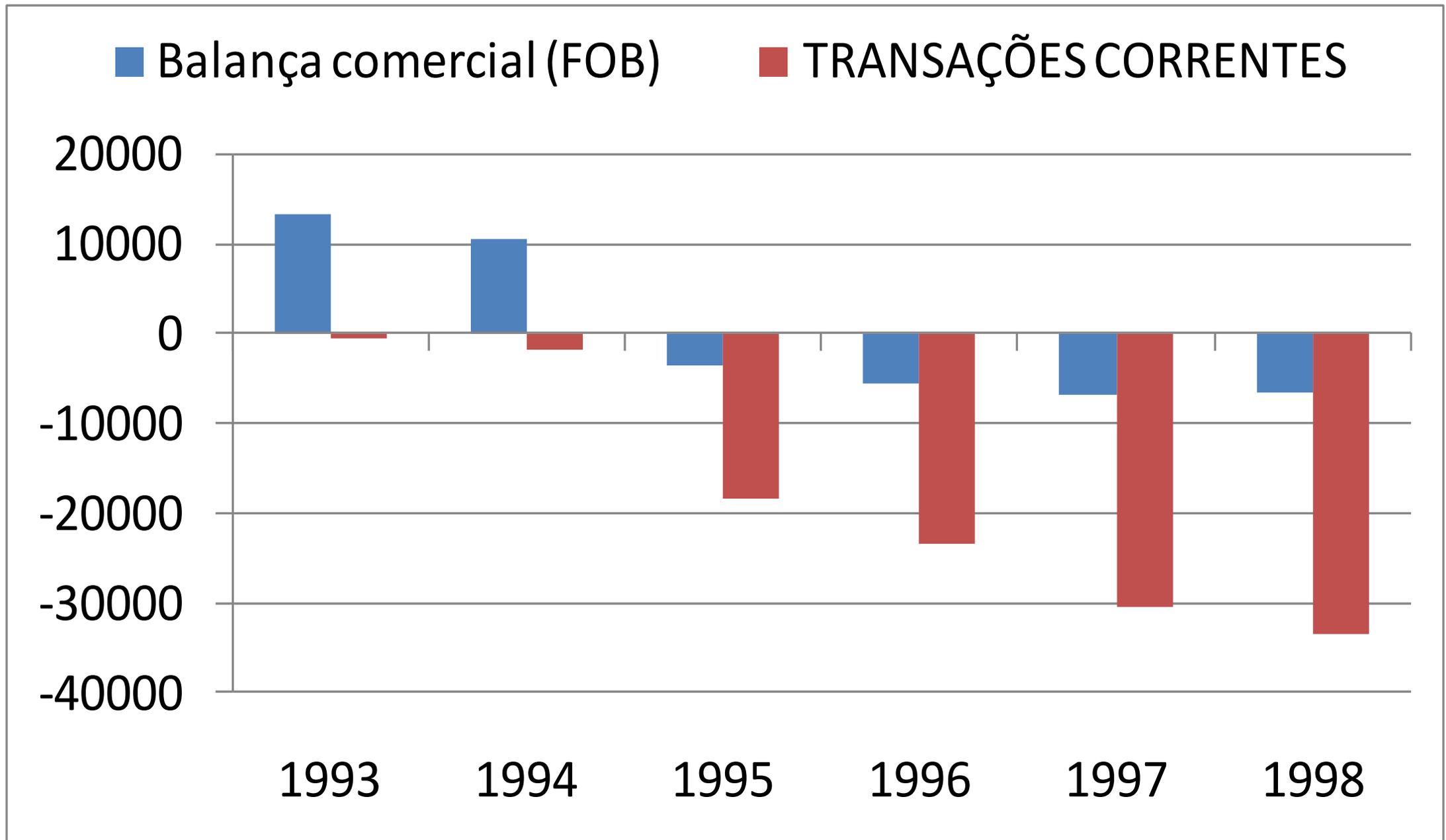
O Plano Real

- No início do plano a inflação caiu rapidamente, sem um grande impacto sobre o nível de atividade.
- A partir de 1997, principalmente após a crise asiática, a combinação de câmbio valorizado com elevadas taxas de juros (necessária para promover a entrada de capitais para financiar o déficit crescente em conta corrente ocasionado pela valorização do câmbio real) começa a fazer efeito sobre o nível de atividade.
- A taxa de juros voltou a subir muito em 98 com a moratória da Rússia.
- Apesar do Brasil possuir US\$ 75 bilhões de reservas internacionais em agosto de 98, acabou sendo “obrigado” a deixar o câmbio flutuar em janeiro de 1999.

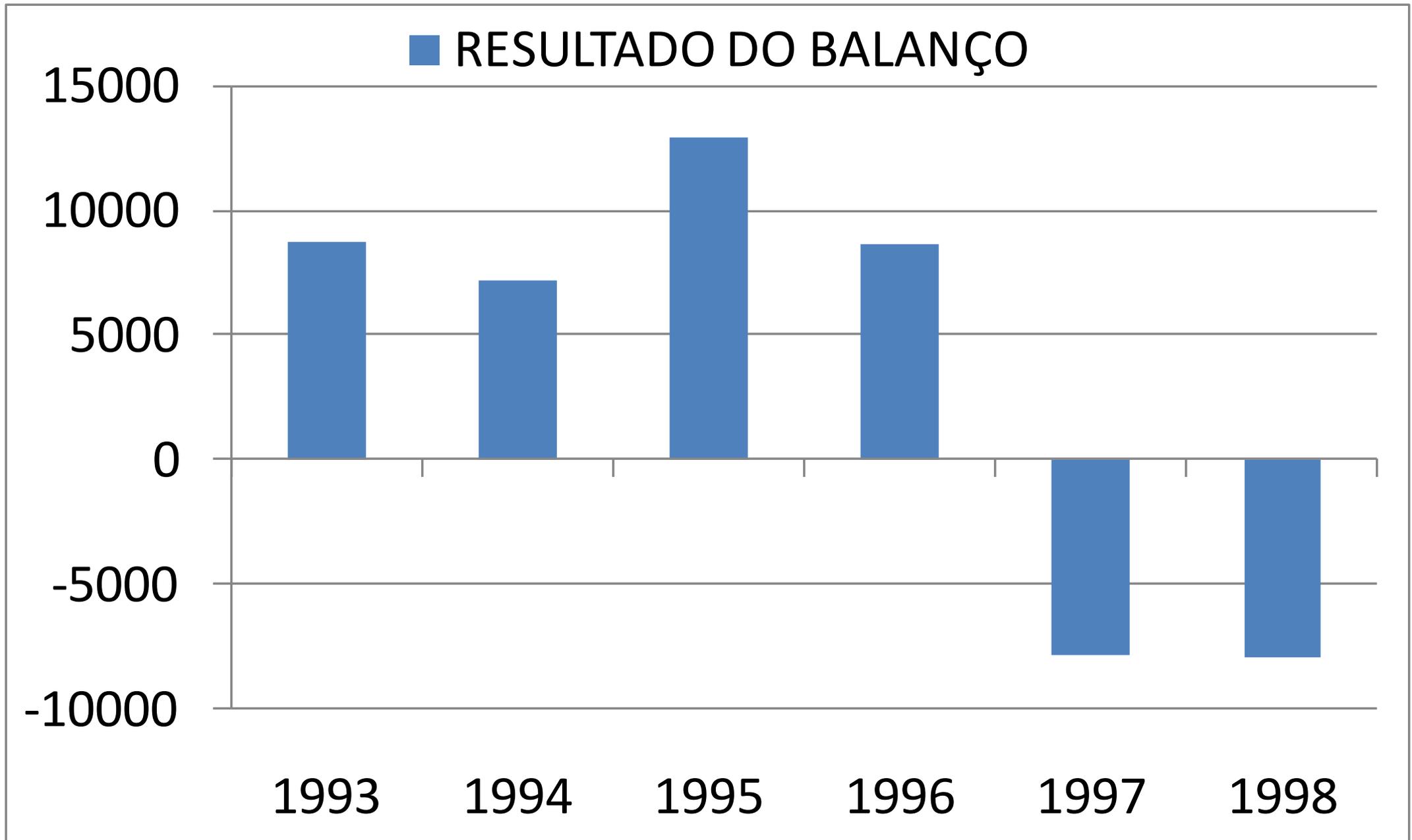
O Plano Real

- **Problemas:**
- De equilíbrio na conta corrente, passamos a um déficit superior a US\$ 33 bilhões em 1998 (efeito da apreciação cambial combinada com o aquecimento inicial da economia).
- Desaquecimento da economia – a taxa de crescimento foi 0,03% em 1998 (efeito do câmbio apreciado e das elevadas taxas de juros).
- O ajuste fiscal que não aconteceu: a média das NFSP de 1995-1998 foi de 6,2% do PIB, com uma média de 0,2% do PIB para o resultado primário. Isso elevou consideravelmente a relação dívida/PIB.

O Plano Real

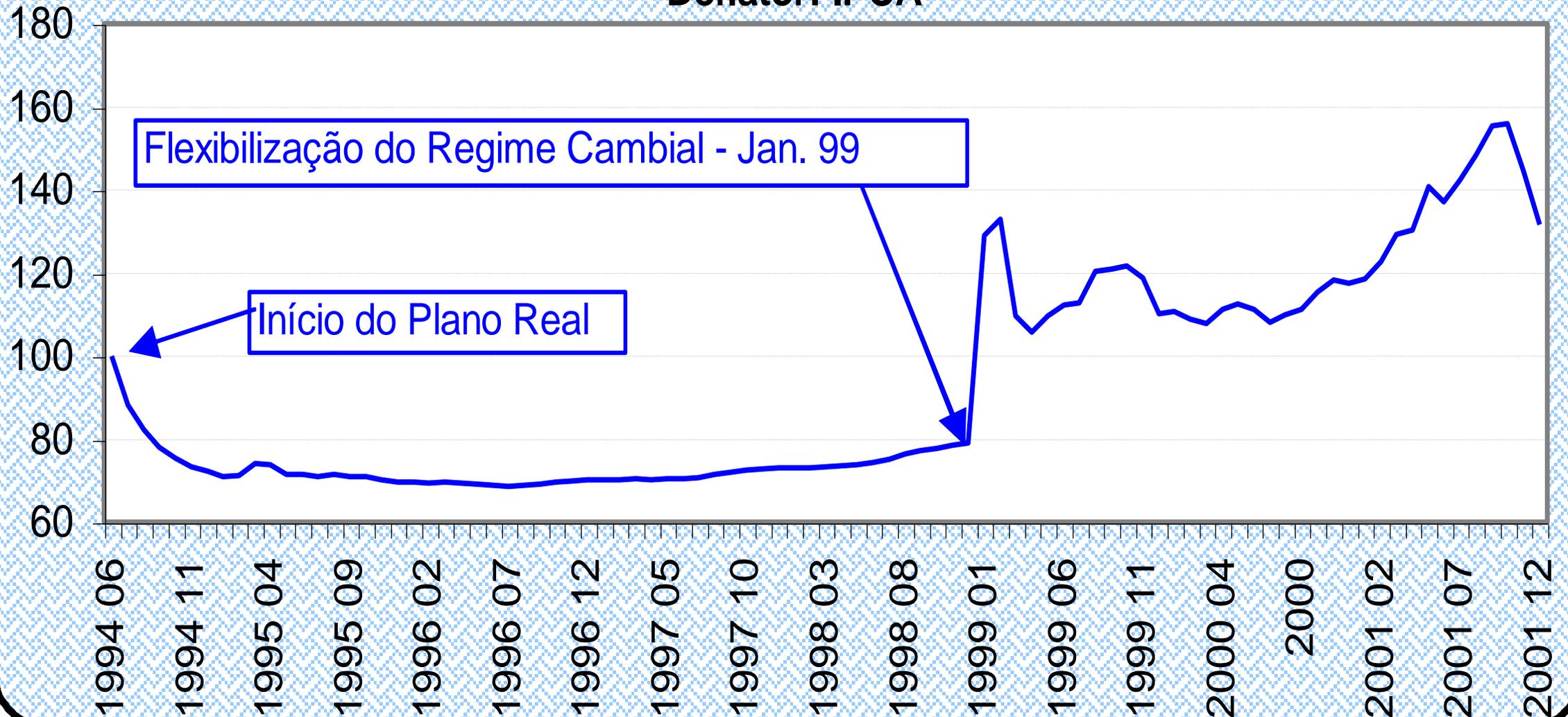


O Plano Real

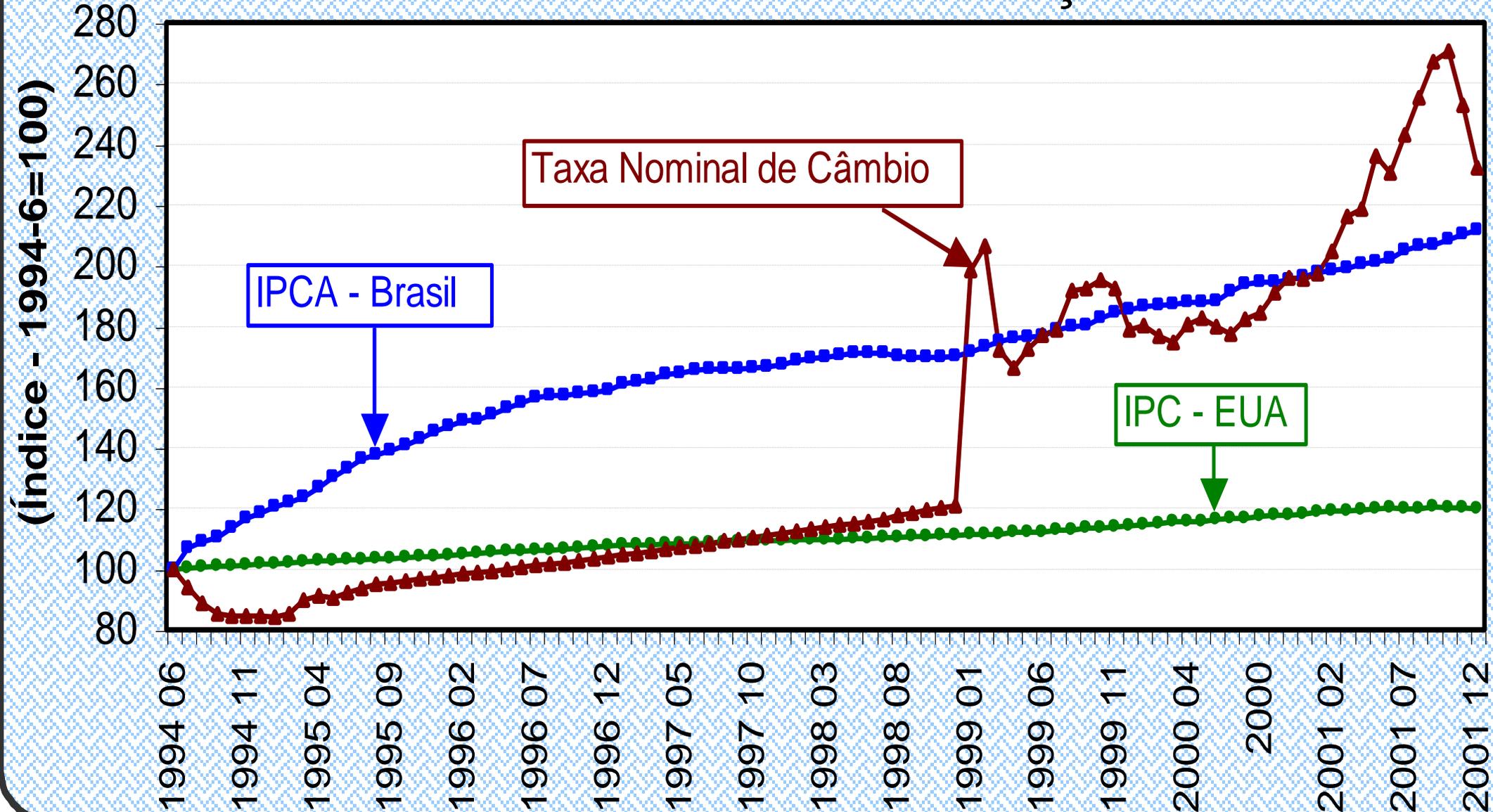


Taxa Real de Câmbio - Índice 1994-6 = 100)

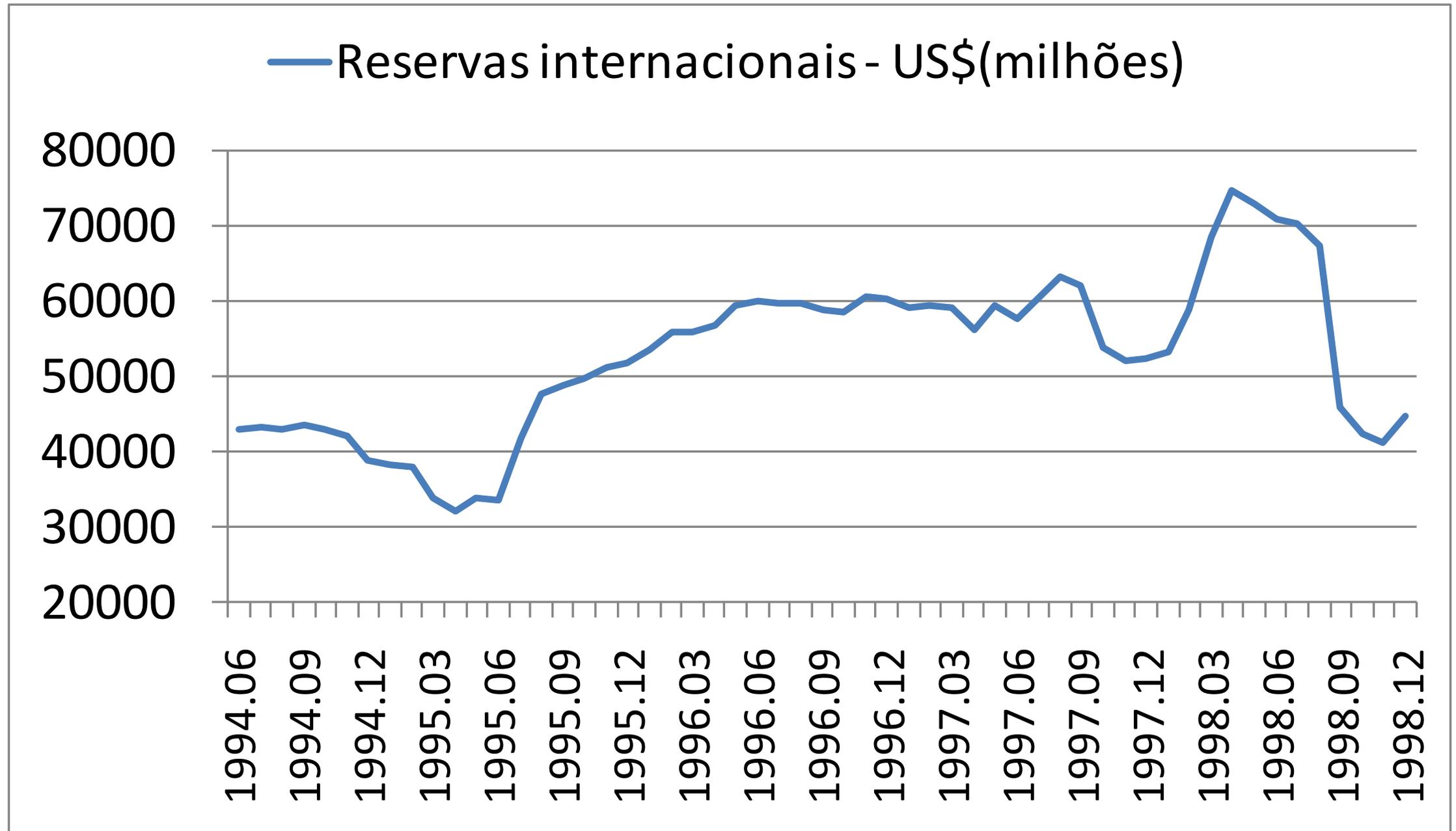
Deflator: IPCA



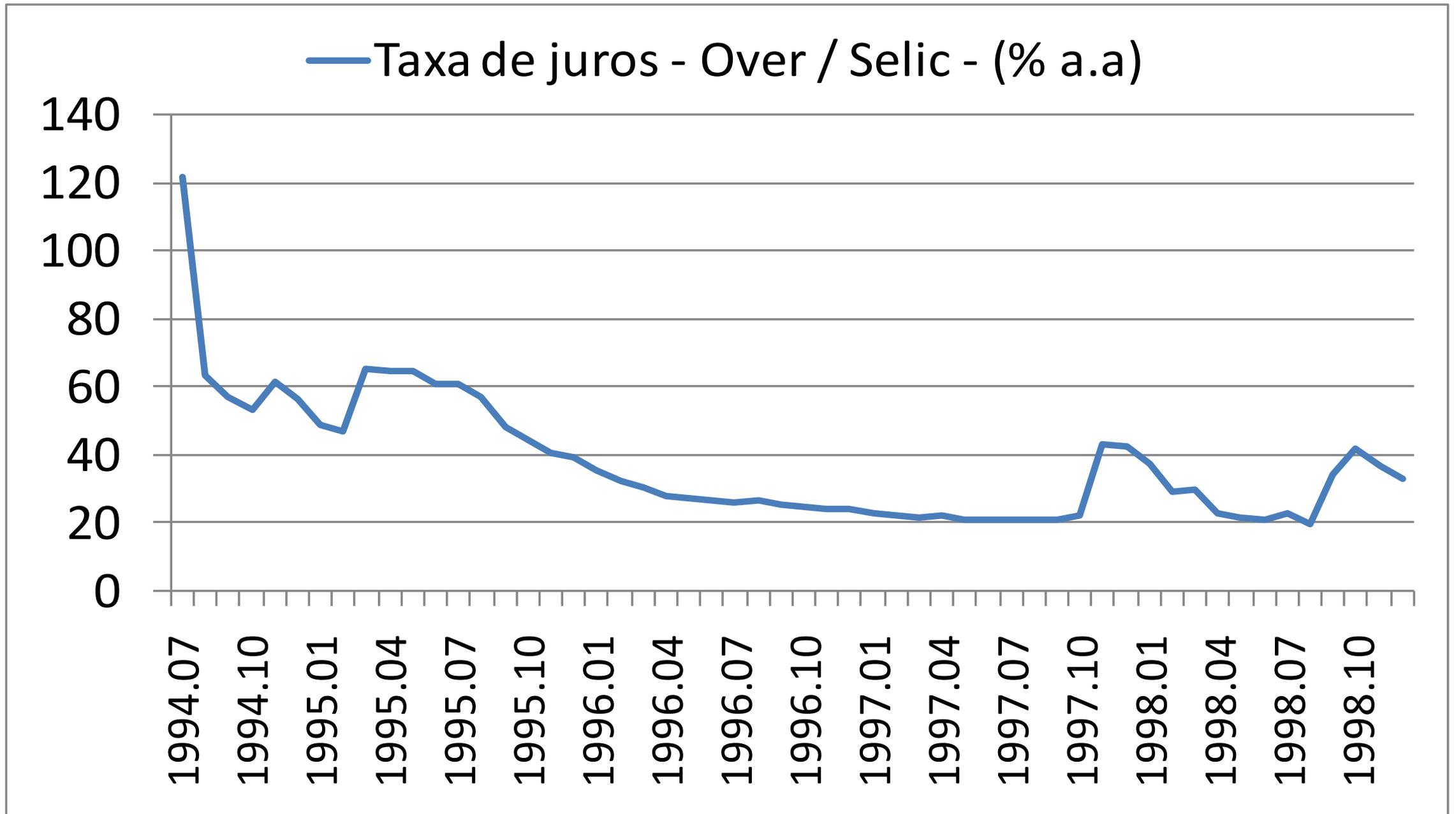
Taxa Nominal de Câmbio e Inflação



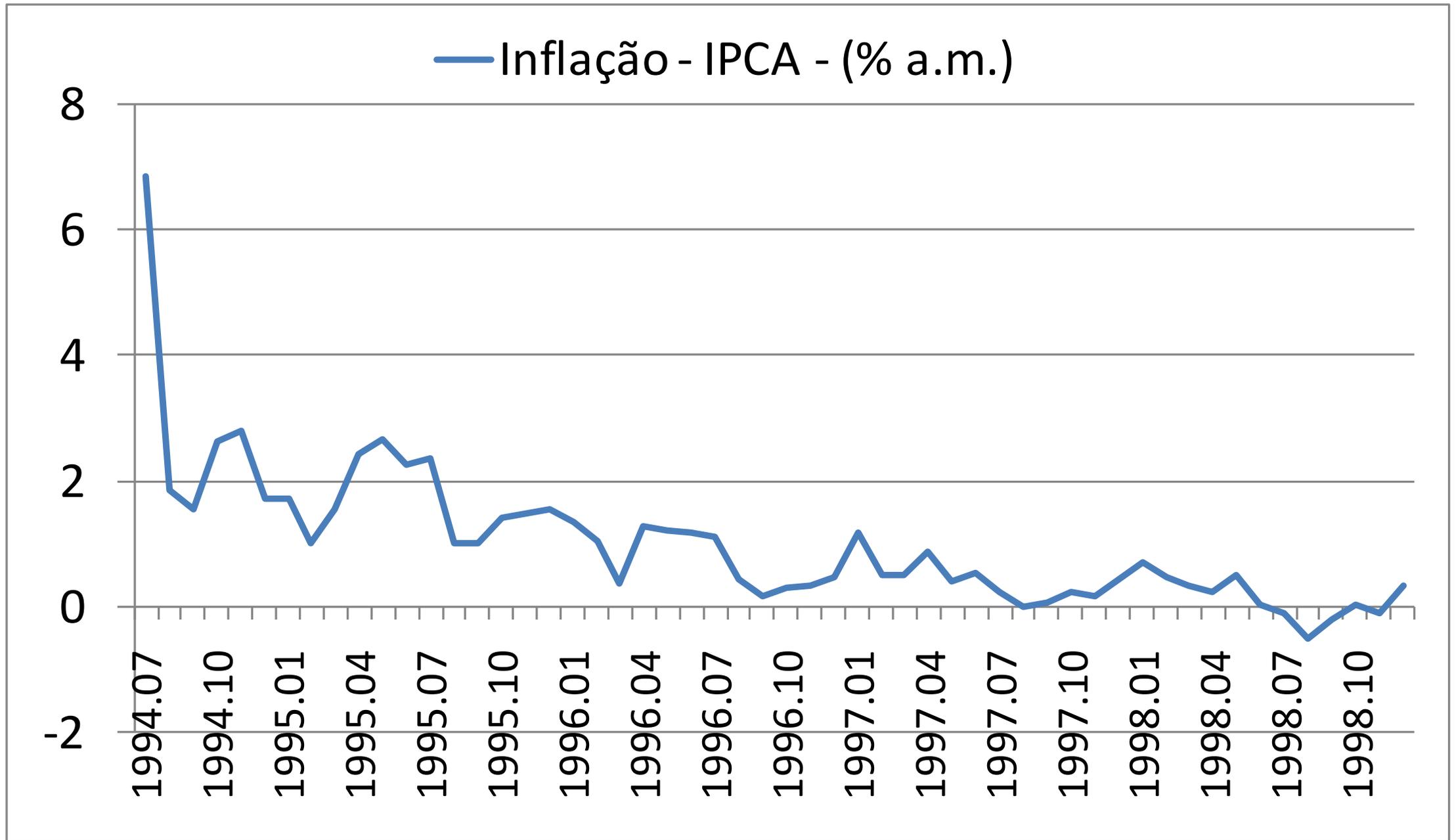
O Plano Real



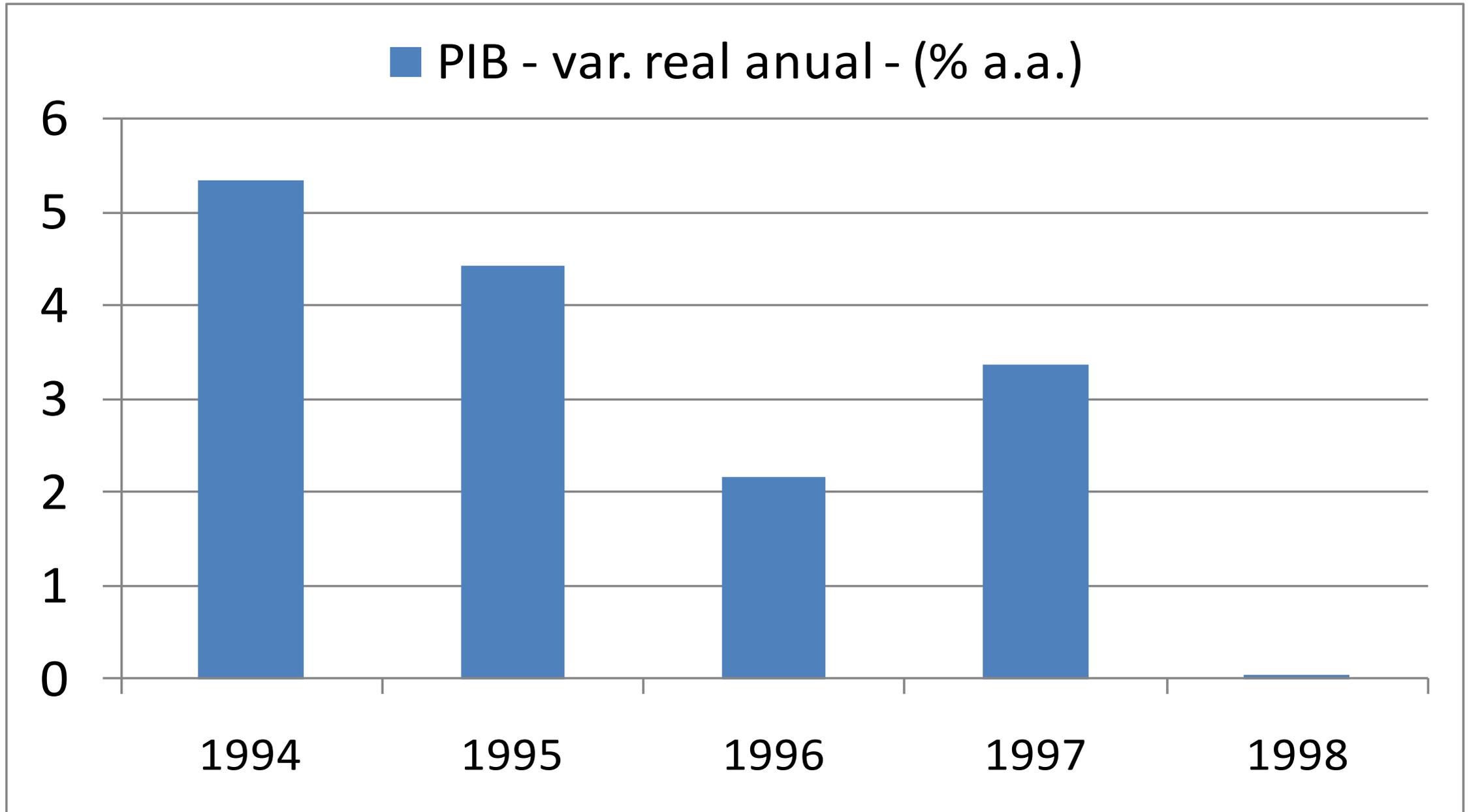
O Plano Real



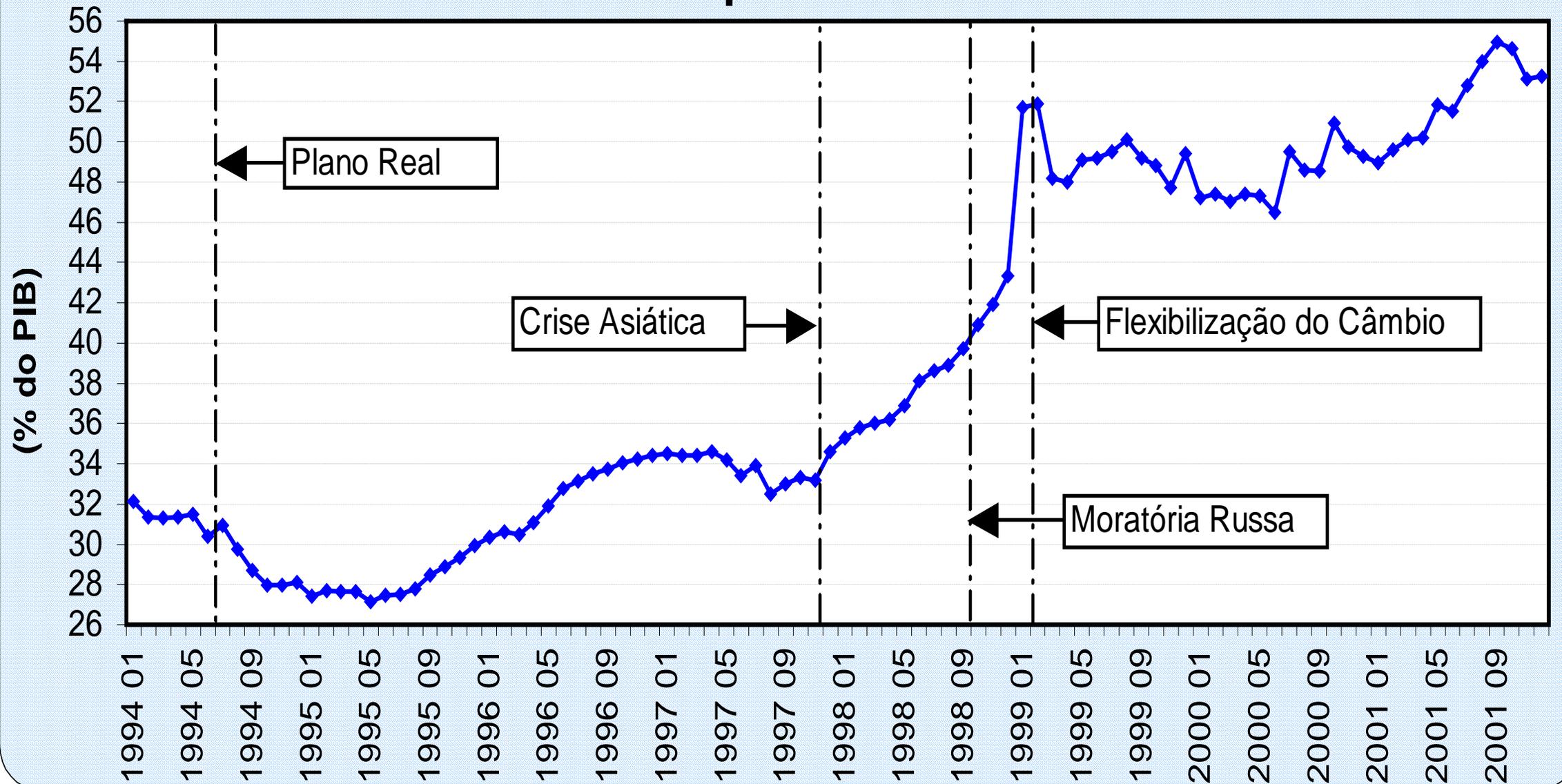
O Plano Real



O Plano Real



Dívida Líquida do Setor Público



O Plano Real

Resultado Fiscal (% PIB)						
	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
1985-1989	-0.40	0.10	1.00	0.70	n.d	n.d
1990-1994	1.60	0.60	0.60	2.80	n.d	n.d
1995-1998	0.30	-0.40	-0.10	-0.20	6.00	-6.20
1999-2002	1.90	0.60	0.80	3.30	7.30	-4.00
2003-2006	2.50	0.90	0.70	4.10	7.30	-3.20
2007	2.29	1.15	0.01	3.45	6.40	-2.95
2008	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	-2.04
2009	1.31	0.65	0.04	2.00	5.28	-3.28
2010	2.09	0.55	0.06	2.70	5.18	-2.48
2011	2.25	0.80	0.07	3.12	5.71	-2.59
2012	1.96	0.49	-0.06	2.39	4.86	-2.47
2013	1.55	0.34	-0.01	1.88	5.14	-3.26
2014	-0.4	-0.15	-0.08	-0.63	6.08	-6.71
2015	-1.98	0.16	-0.07	-1.89	8.50	-10.39